



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

Concorrência Pública nº 07/2014

Os serviços que constituem o objeto deste projeto básico deverão ser executados em conformidade com a metodologia de execução proposta pela PREFEITURA, atendidas as especificações e demais elementos técnicos constantes do presente projeto.

O objeto do presente projeto básico é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia elétrica para manutenção do sistema de iluminação pública do município de Pederneiras/SP, compreendendo: manutenção corretiva, manutenção preventiva, cadastramento, ampliações e melhorias do sistema de iluminação pública, atuando também em redes energizadas, mediante o fornecimento pela CONTRATADA da mão de obra especializada, ferramentas, materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços.

O Parque de Iluminação Pública do Município de Pederneiras é composto por 6.033 (seis mil e trinta e três) luminárias, conforme informação da Concessionária de Energia, CPFL.

1 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1.1 - A Iluminação Pública é definida como um serviço público que tem por objetivo exclusivo prover de claridade os logradouros públicos, de forma periódica, contínua ou eventual.

Sob o ponto de vista constitucional, a prestação dos serviços públicos de interesse local – nos quais se insere a Iluminação Pública – é de competência dos Municípios.

Trata-se de um serviço essencial à qualidade de vida noturna da população que reside nos centros urbanos, e visa possibilitar às pessoas o desfrute dos espaços e vias públicas com segurança e tranquilidade.

Nesse sentido, a Iluminação Pública desempenha papel importante na vida das cidades, destacando-se como principais:

- **INIBIÇÃO DO CRIME:** a Iluminação Pública melhora a visibilidade, o sentido de orientação, e, conseqüentemente, a segurança, não somente pela possibilidade de melhor identificar potenciais perigos como por inibir ações criminosas.
- **PROMOÇÃO DO JOVEM SAUDÁVEL:** com áreas bem iluminadas, pode-se fomentar a prática de atividades saudáveis nas áreas do esporte, lazer e da cultura, que afastam o jovem do crime e qualifica a sua presença nas ruas. A prefeitura pode promover ações



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

- esportivas, recreativas, culturais, oficinas para estímulo a talentos, educativas de diversas modalidades, em áreas livres, bem iluminadas e atrativas.
- **REDUÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO COM PEDESTRES E VEÍCULOS:** a Iluminação Pública também contribui para reduzir as possibilidades de acidentes de trânsito com pedestres, como choques com obstáculos na altura do solo – meios-fios, buracos, irregularidades. Da mesma forma, com ruas mais bem iluminadas, reduz-se o efeito do ofuscamento dos faróis de veículos sobre outros motoristas, evitando acidentes.
- **ATRAÇÃO DE TURISTAS:** a Iluminação Pública também promove a sociabilidade, permitindo que as pessoas se vejam e se encontrem; realça certos objetos e valoriza monumentos e sítios históricos, tornando a cidade mais atraente para os turistas.
- **AUMENTO DA AUTOESTIMA DOS MORADORES:** viver em uma cidade amigável, onde se pode circular com segurança e ter vida noturna agradável, com a presença de amigos e visitantes, eleva a autoestima dos cidadãos residentes nela e melhora a visibilidade da Administração municipal.

De outro lado, a execução dos serviços próximos às redes energizadas de distribuição de energia, consistentes na manutenção corretiva e preventiva de conjuntos de Iluminação Pública, com substituição de lâmpadas e equipamentos inservíveis, obsoletos ou ineficientes, impondo embalagem, armazenamento e destinação final (descarte) de lâmpadas retiradas, bem como a instalação de novos conjuntos de iluminação pública, são trabalhos (obras) específicas, balizados por normas rígidas das concessionárias de energia elétrica, as quais contemplam as normas da ABNT e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

A Norma Técnica - GED 15384 -Diretrizes de segurança e saúde do trabalho para aproximação ou intervenção nas redes da distribuidora, esta disponível para consulta no site www.cpfl.com.br, clicando: Orientações Técnicas / Publicações Técnicas / Normas Técnicas.

Toda intervenção executada pela empresa CONTRATADA no sistema de iluminação pública deve ser feita de modo a garantir a continuidade de fornecimento de energia aos clientes da distribuidora, respeitando as diretrizes de segurança da Norma Regulamentadora (NR-10) e considerando e cumprindo também as normas, instruções, orientações e especificações técnicas estabelecidas pela CPFL.

Caso ocorra desligamento acidental da rede de distribuição de energia elétrica devido a uma intervenção da empresa CONTRATADA no sistema de iluminação pública, esta deve comunicar imediatamente a distribuidora.

A responsabilidade pelos custos decorrentes (queima de aparelhos elétricos de consumidores, pagamento de compensação financeira pela transgressão dos indicadores DIC/FIC/DMIC e ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

custos para restabelecimento da rede de distribuição, etc.), originados por aquela intervenção, será da empresa CONTRATADA.

Portanto, a CONTRATADA deverá estar plena e comprovadamente capacitada para cumprir integralmente todas as especificações, normas e padrões técnicos vigentes, neste caso da CPFL, assim como todas as diretrizes de segurança do trabalho e regulamentações inerentes ao regular descarte de materiais que trazem malefícios ao meio ambiente.

A CONTRATADA deverá assistir a MUNICIPALIDADE na elaboração de projetos executivos elétricos e luminotécnicos necessários à execução dos serviços de ampliação, reforma e melhorias, acompanhando a aprovação de tais projetos junto à concessionária de energia, quando for o caso, antes do início dos trabalhos. Ainda a CONTRATADA será responsável em executar esses projetos executivos, com a instalação de novos conjuntos de iluminação pública em postes da rede de distribuição de energia elétrica da empresa concessionária, estando a rede energizada, obedecendo rigorosamente os padrões e normas técnicas vigentes.

O padrão de instalação e montagem dos conjuntos de iluminação pública está disponível no site da CPFL, através do caminho: *CPFL Paulista, Orientações Técnicas, Publicações Técnicas, Padrões Técnicos*. Caberá à CONTRATADA realizar os serviços descritos de forma a garantir a aprovação da inspeção técnica.

Imediatamente antes da instalação de novos conjuntos de iluminação pública, caberá à CONTRATADA efetuar a retirada dos conjuntos existentes, e posterior transporte, embalagem e destinação final (descarte) de lâmpadas.

No transporte, embalagem, armazenamento e destinação final (descarte) de materiais retirados, caberá à CONTRATADA observar as normas que impõe cuidados extras e regras específicas, objetivando a indispensável atenção na preservação do meio-ambiente.

A legislação ambiental brasileira estabelece que *"todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"* (Constituição Federal, art. 225).

As lâmpadas para Iluminação Pública (IP) são, quase na sua totalidade, lâmpadas de descarga de alta pressão (*HID-High Intensity Discharge*) e contêm elementos químicos tóxicos, como o mercúrio, o cádmio e o chumbo, considerados altamente prejudiciais à saúde pública e ao meio ambiente. Por isso exigem cuidados especiais quanto aos procedimentos de manuseio (retirada/coleta), acondicionamento, transporte, armazenagem e destinação final (descarte), em função das suas características peculiares e dos riscos que apresentam.

No descarte das lâmpadas de iluminação pública, o risco de contaminação por mercúrio está associado à possibilidade de sua quebra, sendo fundamental a adoção de procedimentos adequados para o seu manuseio, armazenamento e transporte, protegendo os trabalhadores das emissões fugitivas deste metal em estado de vapor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

Todas as lâmpadas de descarga retiradas da Iluminação Pública, por terem atingido o final da sua vida útil ou por outro motivo qualquer, em hipótese alguma deverão ser quebradas, devendo ser enviadas às empresas de reciclagem, credenciadas por Órgão Ambiental competente. Também deverá ser emitido para a Prefeitura um Certificado de Destinação Final. A execução e o controle de todas as etapas do processo relacionado ao descarte ambiental e socialmente correto das lâmpadas de mercúrio inservíveis ao uso, trará como benefício ao gerador do resíduo perigoso a garantia da não agressão ao meio ambiente, à saúde pública e aos próprios trabalhadores envolvidos.

1.2 – A AUTORIZAÇÃO para o início da execução dos serviços está condicionada ao recebimento da respectiva “ordem de início dos serviços”.

1.3 - O presente instrumento objetiva apresentar os elementos necessários e suficientes para caracterizar os serviços técnicos especializados de engenharia, para a manutenção dos serviços de iluminação pública do município compreendendo a ampliação, modernização, efficientização do Parque de Iluminação Pública do Município de Pederneiras.

2 – PRESSUPOSTO LEGAL

➤ Lei nº 8.658/1977, Decreto nº 15.597/1978, Decreto nº 15.985/1979, Decreto nº 18.241/1982, Lei nº 8.666/1993, Lei nº 13.479/2002, Decreto nº 45.683/2005, Decreto nº 46.997/2006 e Resolução ANEEL nº 414 de 09/09/2010.

A Resolução ANEEL 414 de 09 de setembro de 2010, e suas alterações/prorrogações, estabelece 31.12.2014 como data limite para a transferência do Ativo de Iluminação Pública da concessionária de energia para as Prefeituras Municipais.

Essa decisão fundamenta-se no Art. 30 da Constituição Federal, no Parecer 765/2008 da Procuradoria Federal da Aneel, nas Audiências Públicas 008/2008 e 49/2011 e na Consulta Pública 002/2009.

A ANEEL também definiu as responsabilidades das distribuidoras até o final do novo cronograma contido na resolução Normativa 414/2010.

Ainda segundo a resolução Aneel 414/2010, a elaboração de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de IP são de responsabilidade do ente municipal ou de quem tenha recebido deste a delegação para prestar tais serviços.

Assim, elabora-se o presente Memorial Descritivo, baseado e espelhado em modelos disponibilizados nos meios eletrônicos, vistos como mais modernos e eficazes, focando especialmente:

- maior agilidade na execução dos serviços;
- maior eficiência do parque de iluminação pública;
- implantação das inovações tecnológicas disponíveis;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

- maior eficiência energética;
- desenvolvimento sustentável com preservação do meio ambiente.

3. DEFINIÇÕES:

- 3.1 ILUMINAÇÃO PÚBLICA: Serviço público que tem por objetivo prover de claridade os logradouros públicos, de forma periódica, contínua ou eventual, incluindo a iluminação de monumentos, fachadas, fontes luminosas e obras de arte de valor histórico, cultural ou ambiental, localizadas em áreas públicas, definidas por meio de legislação específica, excluído o fornecimento de energia elétrica que tenha por objetivo qualquer forma de propaganda ou publicidade, ou para realização de atividades que visem a interesses econômicos; cujos componentes são ligados diretamente na rede de energia da Concessionária.
- 3.2 INSTALAÇÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA: Luminárias para iluminação dos logradouros públicos, com todos os seus acessórios, incluindo-se reatores, relés fotoelétricos, lâmpadas, braços, fiação e chaves do sistema de iluminação e demais componentes.
- 3.3 PROJETOS: A empresa contratada deverá assistir os Engenheiros Elétricos e técnicos do MUNICÍPIO na elaboração de projetos executivos Elétricos e Luminotécnicos, necessários à execução dos serviços de efficientização, ampliação, reforma e melhoria. A empresa contratada deverá ainda assessorar o MUNICÍPIO na aprovação de projeto junto à concessionária de energia, quando for o caso, antes do início dos trabalhos. Os projetos referentes à instalação dos novos pontos de iluminação e/ou remodelação de pontos de iluminação existentes devem obedecer as disposições da Norma Técnica - GED 15132 - Fornecimento de Energia Elétrica para a Instalação de Conjuntos de Iluminação Pública, disponível para consulta no site www.cpfl.com.br.
- 3.4 EFICIENTIZAÇÃO: Corresponde aos serviços em unidades de Iluminação Pública existentes, para melhoria dos níveis de iluminação, redução de consumo e/ou eficiência energética, segundo programação aprovada pelo MUNICÍPIO, incluindo o fornecimento de materiais.
- 3.5 AMPLIAÇÃO: São os serviços executados para implantação de novos pontos luminosos e seus respectivos circuitos, segundo programação aprovada pelo MUNICÍPIO, incluindo o fornecimento de materiais, em conformidade com as normas técnicas e exigências da concessionária de energia.
- 3.6 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA: Consiste no restabelecimento de pontos de iluminação que não estejam funcionando adequadamente (aceso durante o dia e/ou apagado durante à noite), incluindo a substituição dos itens defeituosos descritos como instalações de iluminação pública, instalados em logradouros públicos. Objetiva atingir o nível de qualidade do serviço especificado neste Memorial Descritivo, através de ações preventivas e corretivas, com fornecimento e aplicação dos materiais e equipamentos que se façam necessários. A manutenção do parque de iluminação pública será feita através de equipe especializada disponível 24hs



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

- 3.7 REFORMA E MELHORIA: São os serviços de substituição e/ou recuperação de componentes do sistema de Iluminação Pública, para melhora técnica e visual dos níveis de Iluminação Pública e de segurança, segundo programação elaborada pelo MUNICÍPIO.
- 3.8 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: A empresa contratada fará, dentro de seu almoxarifado e às suas expensas, um tratamento prévio e acondicionamento dos materiais a serem descartados, até a destinação final daqueles enquadrados na Lei dos Crimes Ambientais e legislação complementar. Deverá assegurar a descontaminação de todas as lâmpadas de descarga retiradas da Iluminação Pública, devendo a descontaminação ser executada por empresas de reciclagem credenciadas por órgão ambiental competente.
- 4 EQUIPAMENTOS E EQUIPE TÉCNICA: A empresa contratada deverá disponibilizar equipamentos e equipe técnica especializada, de acordo com as Normas técnicas vigentes e as exigências da Concessionária de Energia Elétrica, especificamente nos serviços realizados próximos à rede energizada. A CONTRATADA deverá possuir em seus quadros pelo menos 01 (um) Engenheiro Eletricista, com registro no competente conselho de classe (CREA/CONFEA) e comprovada capacidade técnico-profissional, que será o Responsável Técnico. Sua Equipe Técnica deverá estar nominada na apresentação dos "Documentos de Habilitação" com comprovação de que são detentores de Certificados de Cursos de NR-10 e NR-35, incluindo-se o Responsável Técnico.

Todos os equipamentos e materiais devem atender integralmente aos padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e estarem certificados de acordo com os regulamentos do Instituto Nacional de Metrologia - INMETRO. Os componentes do sistema de Iluminação Pública a serem instaladas obedecerão aos critérios técnicos e a legislação vigente.

4.1 EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI'S

- 4.1.1. A empresa contratada deverá assegurar os EPI's objetivando neutralizar a ação de certos agentes que podem causar lesões ao trabalhador, conforme Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego – MTBE, tais como:
- protetores para cabeça;
 - protetores para face;
 - protetores para os membros inferiores;
 - protetores para os membros superiores;
 - protetores contra queda com diferença de nível;

4.2 EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA – EPC'S

- 4.2.1 A empresa contratada deverá assegurar os EPC's adequados a todas as atividades, bem como mantido um estoque mínimo, de forma a garantir a substituição imediata, quando necessário, conforme Norma Regulamentadora e seus anexos do Ministério do Trabalho e Emprego – MTBE, principalmente para serviços de:

- Instalações elétricas

Paço Municipal – Rua Siqueira Campos, S-64 – Centro – Pederneiras/SP – CEP 17280-000

Fone: (14)3283-9570 – Fax: (14)3284-1764

gabinete@pederneiras.sp.gov.br – www.pederneiras.sp.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

- Serviço em altura
- Serviço a céu aberto
- Proteção contra incêndio

4.2.2 Para a realização das atividades a empresa contratada deverá assegurar os EPC's objetivando neutralizar, atenuar ou sinalizar os riscos dos trabalhos executados, tais como:

- conjuntos de isolamento de rede;
- conjuntos de aterramentos;
- tapetes de borracha;
- cones de sinalização reflexivos e bandeiras;

4.3 – EQUIPAMENTOS

4.3.1 - A empresa contratada deverá manter sobre todos os equipamentos utilizados para execução dos serviços contratuais, rigoroso controle e monitoramento quanto à segurança e condições operacionais adequadas para o uso.

4.3.2 - Os veículos automotores utilizados para execução dos serviços contratuais deverão estar, quando for o caso, devidamente registrados e regularmente licenciados perante os órgãos de trânsito e atender as exigências técnicas da concessionária de energia. De igual forma, os condutores desses veículos deverão ser regularmente habilitados perante os órgãos de trânsito, sendo detentores de Carteira Nacional de Habilitação – CNH válida, adequada e compatível.

4.3.3 Para a execução dos serviços, deverá a empresa contratada atender aos requisitos e quantidades mínimas dos equipamentos a seguir discriminados, mediante a apresentação de documento comprobatório de propriedade ou declaração de disponibilidade, para o caso de sagrar-se vencedora, permitindo vistoria, inclusive prévia à assinatura do contrato, por parte da fiscalização da PREFEITURA:

a) CAMINHÃO EQUIPADO COM CESTA AÉREA SIMPLES E/OU DUPLA – 01 (UM): Montada em veículo automotor, com capacidade mínima de 4 (quatro) toneladas, isolada, com classe de tensão de 25Kv, com dispositivo de elevação, lança telescópica articulável com acionamento hidráulico pelo próprio motor do veículo. Estabilizadores hidráulicos em “A” ou “H”, para movimentos inclinados ou verticais. Caçamba (cesta) em *fiberglass*, com capacidade mínima para 120kgf, altura de alcance até 13 (treze) metros, inspecionado e aprovado pela concessionária de energia, devendo ainda atender as exigências legais relacionadas ao meio ambiente, e exigências técnicas da concessionária de energia local.

b) GUINDAUTO (GUINDASTE) E PERFURATRIZ: Montada em veículo automotor, com capacidade de 08 (oito) toneladas, equipado com malha e berço para transporte e içamento de postes com acionamento hidráulico.

c) VEÍCULO UTILITÁRIO PARA TRANSPORTE E SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS: Veículo automotor, tipo pick-up.

5 – SEGURANÇA DO TRABALHO

5.1 - Deverão ser estabelecidos os requisitos técnicos mínimos de Segurança e Medicina do Trabalho, para a realização dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

5.2 - A empresa contratada se responsabilizará pelos exames médicos ocupacionais das equipes, conforme exigência do Ministério do Trabalho e Emprego – MTBE e será responsável civil e criminalmente por qualquer acidente que ocorra quando da execução dos serviços na rede de iluminação pública.

5.3 – A empresa contratada deverá proceder permanente reciclagem de seus empregados, especialmente com relação aos cursos de NR-10 e NR-35.

5.4 – Todos os profissionais envolvidos em serviços nos pontos de conexão à rede secundária de distribuição da distribuidora deverão ser capacitados conforme legislação de segurança em vigor.

NOTA: Toda aproximação e intervenção na rede de energia elétrica é “PERIGOSA”. Os trabalhadores devem ter conhecimento dos riscos e saberem controlá-los e/ou atenuá-los a níveis aceitáveis.

6 - TERRITÓRIO DE APLICAÇÃO – A contratação aplica-se a todas as instalações da Rede de Iluminação Pública localizada sobre todos os logradouros, ruas e avenidas, municipais, Distritos ou outras sob a responsabilidade do MUNICÍPIO, situadas no seu perímetro, de acordo com as determinações do MUNICÍPIO;

7- UTILIZAÇÃO DAS VIAS DE APOIO DO MUNICÍPIO – Para exercício dos serviços contratados, a empresa contratada deverá observar as condições do Contrato e as Normas em vigor que regem o sistema de vias públicas.

8. - GARANTIA DOS SERVIÇOS

8.1 – MANUTENÇÃO - Todos os Serviços de Manutenção executados pela Contratada, no sistema de Iluminação Pública deverão ser por ela garantidos por 06 (seis) meses contados a partir da data de conclusão.

8.2 – AMPLIAÇÃO, REMODELAÇÃO e EFICIENTIZAÇÃO - Todos os serviços executados e todos os materiais aplicados pela Contratada nos Serviços de Ampliação Remodelação ou de Eficientização, no sistema de Iluminação Pública deverão ser por ela garantidos por 12 (doze) meses contados a partir da data de energização.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições da habilitação e qualificações exigidas na licitação.

9.2 - De acordo com a Resolução nº 425/98 - CONFEA, a Contratada deverá apresentar a competente Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, dentro de 15 (quinze) dias, contados da data da assinatura do Contrato.

9.3 – Assumir integral responsabilidade civil e penal pela boa execução e eficiência dos serviços que realizar, de acordo com o presente Termo de Referência, Edital e seus Anexos, bem como pelos danos decorrentes da realização dos referidos trabalhos ou decorrentes do não atendimento dos serviços previstos, inclusive quanto a terceiros.

9.4 - Obedecer às exigências do CREA, bem como às prescrições das normas da ABNT e demais especificações e normas de execução dos serviços que o Município venha a exigir por razões de ordem técnica ou de conveniência à coletividade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

9.5 - Correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho na execução dos serviços contratados e uso indevido de patentes e/ou direitos autorais.

9.6 - Participar de reuniões, convocadas pelo Município, mantendo-o informado permanentemente sobre o andamento dos serviços e, ainda apresentar, se for o caso, os relatórios parciais e o final dentro dos prazos estabelecidos.

9.7 - Comunicar à Prefeitura, todas as circunstâncias ou ocorrência que, constituindo motivos de força maior, impeçam ou venha a impedir a correta execução dos serviços.

9.8 - Assumir, quanto aos materiais retirados das unidades de iluminação, a responsabilidade e o custeio pela respectiva guarda, transporte e descarga nos locais adequados.

9.9 - Zelar pelo patrimônio Municipal, objeto do presente, assumindo responsabilidades pela sua integridade, responsabilizando-se pelos seus agentes ou por terceiros.

9.10 - Recompôr, ao término dos serviços, as condições originais, obedecendo aos padrões estabelecidos pela Prefeitura, dos passeios, leitos carroçáveis e demais logradouros públicos danificados em função dos trabalhos executados pela Contratada.

9.11 - Manter seus funcionários devidamente uniformizados e identificados.

9.12 - Manter em arquivo todas as fichas de serviços executados durante a vigência do contrato.

9.13 - Buscar, ao longo do Contrato, colocar as instalações recebidas em conformidade com as Normas Técnicas vigentes. Para isso a empresa contratada deverá propor ao MUNICÍPIO um programa de ação para adequação das instalações as Normas vigentes. Quando tais ações exigirem melhoramentos ou expansão do Sistema, com investimentos adicionais ao serviço de manutenção, estes deverão ser orçados e negociados com a Fiscalização do MUNICÍPIO para sua implantação.

9.14 - Promover meios para assegurar o cumprimento das metas de otimização do Parque de Iluminação Pública do MUNICÍPIO, conforme estabelecido neste Memorial e no Contrato.

9.15 - Manter em elevado nível de cortesia e eficiência, o relacionamento permanente com os usuários do Sistema.

9.16- Garantir a qualidade no relacionamento entre os seus funcionários e os usuários;

9.17 - Assegurar ao MUNICÍPIO o direito de fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços contratados, especialmente no que diz respeito ao cumprimento das metas de qualidade no gerenciamento do Parque de Iluminação Pública, conforme previsto neste Projeto Básico.

9.18 - Atender consultas sobre modificações que o MUNICÍPIO pretenda executar nas instalações de Iluminação Pública, informando se a realização dessas modificações é compatível com os compromissos assumidos pela empresa contratada, no Contrato, quais as eventuais incidências financeiras, devidamente justificadas, que resultarão para o MUNICÍPIO, bem com eventuais consequências relativas à aplicação dos dispositivos contratuais.

9.15 - Obter junto às autoridades competentes, (IPHAN, IBAMA, CETESB), autorização para execução de obras que possam ser objeto de questionamentos sob o ponto de vista do tombamento da cidade ou de motivação ambiental, antes da execução dos serviços contratados.

9.16 - Sem prejuízo ao seu representante técnico, até 30 (trinta) dias da assinatura da Ordem de Serviço à empresa contratada indicará, por escrito, a pessoa física que a representará, comprometendo-se a uma comunicação imediata no caso de sua posterior substituição



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

10 – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA: Caberá à empresa contratada a responsabilidade pelo funcionamento do parque de Iluminação Pública do MUNICÍPIO, ressalvadas as obrigações do MUNICÍPIO estabelecidas em contrato. A manutenção tem por objetivo atingir o nível de qualidade especificado neste Memorial, através de ações preventivas e corretivas, com fornecimento e aplicação dos materiais e equipamentos necessários. Para a consecução desse objetivo, caberá à empresa contratada a realização das seguintes atividades:

a) Organizar um conjunto de equipes de manutenção mensal, devidamente uniformizadas e identificadas, associada à identidade do MUNICÍPIO, de modo a evidenciar que a manutenção corretiva e preventiva do Parque de Iluminação Pública do MUNICÍPIO é realizada pela empresa contratada a serviço do MUNICÍPIO, disponível 24hs;

b) Manter controle físico do patrimônio de Iluminação Pública do MUNICÍPIO, atualizando seus dados cadastrais imediatamente após cada intervenção de qualquer natureza no parque;

c) Realizar as intervenções necessárias nos pontos com defeitos, observados os prazos fixados neste Projeto Básico;

d) Interagir com o MUNICÍPIO para permitir intervenções de emergência, observados os prazos fixados neste Projeto Básico;

e) Realizar rotinas de inspeção e verificação periódicas para o bom funcionamento do Parque de Iluminação Pública;

f) Realizar a manutenção preventiva e corretiva, de acordo com as obrigações de resultado, quanto a:

- garantia de funcionamento;
- garantia do nível de iluminação;
- garantia de disponibilidade do Sistema;
- garantia de excelência no aspecto visual e estético.

10.2 - CONTROLE VISUAL DAS INSTALAÇÕES: A empresa contratada efetuará um controle visual das instalações, através de visitas noturnas e/ou diurnas, com o objetivo de detectar as panes visíveis dos equipamentos da rede de Iluminação Pública e o estado de conservação do Sistema. Esse controle será apresentado através de relatório mensal, sendo registradas no Sistema as panes detectadas. As correções das panes deverão ser feitas nos prazos especificados neste Projeto Básico.

10.3 - INTERVENÇÕES E CORREÇÕES DAS INSTALAÇÕES: A empresa contratada deverá consertar os defeitos de acordo com os prazos fixados neste Projeto Básico, exceto quando da ocorrência de situações excepcionais de força maior, previstas em lei e no Contrato. No que se refere a essas situações, a empresa contratada deverá informar ao MUNICÍPIO, por escrito, orçar os trabalhos a serem efetuados e apresentar, com as respectivas justificativas, para o MUNICÍPIO deliberar sobre a execução das intervenções que se façam necessárias.

10.3 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE GERENCIAMENTO DA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA: A empresa contratada deverá implantar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura da Ordem de Serviço, um Sistema informatizado que permita

Paço Municipal – Rua Siqueira Campos, S-64 – Centro – Pederneiras/SP – CEP 17280-000

Fone: (14)3283-9570 – Fax: (14)3284-1764

gabinete@pederneiras.sp.gov.br – www.pederneiras.sp.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

o gerenciamento da manutenção do Parque de Iluminação Pública, a nível patrimonial, quantitativo, qualitativo e operacional, vinculando cada ponto luminoso a um número de identificação, com emprego de sistemas de coordenadas e base cartográfica.

10.3.1 - O cadastramento detalhado do Parque de Iluminação Pública a que se refere o subitem deste Projeto Básico deverá ser implantado neste sistema informatizado, na medida de sua realização, tendo como referência inicial a base de dados do MUNICÍPIO.

10.3.2 – A Prefeitura Municipal, determinará o número de acessos ao sistema informatizado de gerenciamento da manutenção da iluminação pública, bem como a disponibilização de local para armazenamento do banco de dados em Servidores próprios, através da Diretoria da Tecnologia de Informação da Prefeitura de Pederneiras.

10.4 - INVENTARIAR E CADASTRAR O PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA: Deverá a empresa contratada consolidar, num prazo máximo de 90 (noventa) dias a **contar da expedição da Ordem de Serviço**, o inventário e cadastramento de todos os pontos de Iluminação Pública do MUNICÍPIO, com as informações complementares que se fizerem necessárias à sua configuração final, num Sistema informatizado, através de coordenadas de GPS (Sistema de Posicionamento Global).

10.4.1 - A caracterização do ponto luminoso contempla os dados técnicos dos equipamentos que o compõem, registrado no Sistema informatizado especialista, com as seguintes informações, no mínimo:

- Bairro;
- Nome do logradouro;
- Tipo de luminária;
- Tipo de lâmpada e sua potência;
- Comprimento do braço de fixação da luminária;
- Número da residência de frente com o poste;

10.5 - A remuneração dos serviços prestados pela empresa contratada, e das atividades concernentes quanto ao funcionamento do parque de Iluminação Pública será calculado, a cada mês, pela multiplicação do preço unitário por ponto luminoso proposto pela empresa contratada, pelo número total de pontos luminosos existentes no Sistema de Iluminação Pública do MUNICÍPIO no mês de referência da medição. Esta incluída nesta remuneração os valores de mão de obra e Material para a troca da lâmpada existente no ponto por outra de mesma potência e modelo, reator, relê e ligação até a rede da concessionária.

10.6 - Fica definida como Ponto Luminoso a unidade constituída por uma lâmpada de mesma potência, reator, relê e fiação até a ligação na rede da concessionária.

10.7 - Os materiais empregados das devidas manutenções, melhoramentos, ampliações e outros serviços serão pagos de acordo com os valores unitários constantes na proposta da empresa contratada, multiplicados pela quantidade utilizada.

11 - CRITÉRIOS DA QUALIDADE DO SERVIÇO: Esses critérios comportam três aspectos principais:

Paço Municipal – Rua Siqueira Campos, S-64 – Centro – Pederneiras/SP – CEP 17280-000

Fone: (14)3283-9570 – Fax: (14)3284-1764

gabinete@pederneiras.sp.gov.br – www.pederneiras.sp.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

- Qualidade da Manutenção;
- Qualidade da Continuidade de Iluminação Pública;
- Qualidade da Intervenção na Rede de Iluminação Pública

11.1 - QUALIDADE DA MANUTENÇÃO: A avaliação da Qualidade da Manutenção tem como objetivo verificar se a limpeza e o atendimento aos pontos de Iluminação Pública estão sendo efetuados em concordância com o Contrato. Os pontos de controle serão relativos à limpeza do refletor ou da luminária, estado das luminárias em operação e o estado em que se encontra a lâmpada: acesa ou apagada.

11.1.1 - A avaliação da Qualidade da Manutenção será realizada durante o dia por intermédio de inspeção em amostras escolhidas pela fiscalização do MUNICÍPIO, em grupo(s) de pontos luminosos dispostos em sequência contínua localizados em bairros ou áreas definidas pelo MUNICÍPIO. Serão inspecionados 5% (cinco por cento) dos pontos dos bairros ou áreas escolhidas.

11.1.2 - A periodicidade das inspeções nas amostras será definida junto ao MUNICÍPIO. Os resultados apurados na avaliação serão objeto de relatório assinado pelas partes, onde serão registrados os números de luminárias sujas, de luminárias com defeito e de lâmpadas acesas.

11.1.3 - As inspeções não deverão ser realizadas duas vezes consecutivas na mesma área, a menos que seja de repetição em área onde não ocorreu aprovação da manutenção, em todos os critérios, na vez anterior.

11.1.4 - A Qualidade da Manutenção é medida de acordo com os seguintes itens de controle (máximo aceitável):

- Número máximo de luminárias sujas: 5% (cinco por cento) do total da amostra;
- Número máximo de luminárias defeituosas: 5% (cinco por cento) do total da amostra;
- Número máximo de lâmpadas acesas durante o dia: 5% (cinco por cento) do total da amostra;

11.2 - QUALIDADE DA CONTINUIDADE DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA: A avaliação da Qualidade de Continuidade da Iluminação Pública tem como objetivo verificar se a substituição preventiva das lâmpadas está se realizando conforme o previsto no Contrato.

11.2.1 - A avaliação da Qualidade de Continuidade da Iluminação Pública será realizada durante a noite através de inspeção em amostras escolhidas pela fiscalização do MUNICÍPIO, em conjunto(s) de pontos luminosos dispostos em sequência contínua localizados em bairros ou áreas definidos pelo MUNICÍPIO. Serão inspecionados 5% (cinco por cento) dos pontos dos bairros ou áreas escolhidas.

11.2.2 - A periodicidade das inspeções nas amostras será bimestral. Os resultados apurados na avaliação serão objeto de relatório assinado pelas partes, onde serão registrados os números de pontos luminosos apagados a noite simultaneamente, com defeitos não causados por pane geral ou setorial.

11.2.3 - As inspeções não deverão ser realizadas duas vezes consecutivas na mesma área, a menos que seja de repetição em área onde não ocorreu aprovação da manutenção, em todos os critérios, na vez anterior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

11.2.4 - A Qualidade de Continuidade da Iluminação Pública é medida de acordo com o seguinte item de controle (máximo aceitável):

➤ Pontos apagados a noite simultaneamente: 5% (cinco por cento) do total da amostra;

11.3 - QUALIDADE DA INTERVENÇÃO NA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA: A avaliação da Qualidade da Intervenção na Rede de Iluminação Pública diz respeito aos prazos de intervenção em relação aos tipos de pane possíveis, e são assim definidos:

11.3.1 - Pane Geral ou Setorial: É a causada pela falta de energia por parte da concessionária. Nesse caso a empresa contratada identifica o problema e, de imediato, aciona o MUNICÍPIO para adotar as medidas cabíveis. Esse tipo de pane não tem prazo preestabelecido para correção por parte a empresa contratada, uma vez que independe da sua ação direta, e sim da concessionária.

11.3.2 - Três pontos luminosos ou mais, consecutivos, simultaneamente com defeito num mesmo logradouro: a empresa contratada deverá efetuar o conserto no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da chamada.

11.3.3 - Um ou dois pontos luminosos em pane num logradouro: a empresa contratada deverá efetuar o conserto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da chamada.

11.3.4 - A Qualidade da Intervenção na Rede de Iluminação Pública é medida de acordo com os seguintes itens de controle (Tipos de Pane):

➤ Tempo de atendimento a reclamação de 03 (três) pontos luminosos ou mais consecutivos apagados num mesmo logradouro: 80% (oitenta por cento) das reclamações em até 24 (vinte e quatro) horas no primeiro ano e 90% (noventa por cento) nos anos subsequentes, no caso de renovação contratual.

➤ Tempo de atendimento a reclamação de 01 (um) ou 02 (dois) pontos luminosos ou mais apagados num mesmo logradouro: 80% (oitenta por cento) das reclamações em até 48 (quarenta e oito) horas no primeiro ano e 90% (noventa por cento) nos anos subsequentes, no caso de renovação contratual.

11.3.5 - Em quaisquer dos casos, se o conserto necessitar de uma intervenção de manutenção pesada, a empresa contratada deverá informar, no final dos prazos estabelecidos para conserto, à fiscalização do MUNICÍPIO e apresentar-lhe a programação da correspondente correção.

Nas avaliações alusivas ao item 11.1 e seus subitens, serão excluídas, para efeito dos itens de controle, as constatações de problemas causados por abaloamento de postes, situações decorrentes de serviços em curso, que estejam sendo executados pela empresa contratada.

12 - PENALIDADES POR VIOLAÇÃO DOS ÍNDICES DE QUALIDADE: Sem prejuízo das demais sanções contratuais cabíveis, poderão ser aplicadas à empresa contratada as seguintes multas por Violação dos índices de qualidade, após 90 (noventa) dias do início do gerenciamento completo do Sistema de Iluminação Pública:

12.1 - Pelo não atendimento a 01 (um) item de controle (a cada inspeção) relativo ao critério da Qualidade do Serviço, previsto no subitem acima específico sobre a medição da Qualidade da Manutenção:

➤ Valor correspondente ao faturamento mensal de 30 (trinta) pontos luminosos, pelos serviços relativos ao funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, no mês da ocorrência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

12.2 - Pelo não atendimento a 02 (dois) itens de controle (a cada inspeção) relativo ao critério da Qualidade do Serviço, previsto no subitem acima específico sobre a medição da Qualidade da Manutenção:

➤ Valor correspondente ao faturamento mensal de 50 (cinquenta) pontos luminosos, pelos serviços relativos ao funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, no mês da ocorrência.

12.3 - Pelo não atendimento a 03 (três) itens de controle (a cada inspeção) relativo ao critério da Qualidade do Serviço, previsto no subitem acima específico sobre a medição da Qualidade da Manutenção:

➤ Valor correspondente ao faturamento mensal de 80 (oitenta) pontos luminosos, pelos serviços relativos ao funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, no mês da ocorrência.

12.4 - Pelo não atendimento ao item de controle (a cada inspeção) relativo ao critério da Qualidade do Serviço, previsto no subitem acima específico sobre a medição da Qualidade na Continuidade de Iluminação Pública:

➤ Valor correspondente ao faturamento mensal de 30 (trinta) pontos luminosos, pelos serviços relativos ao funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, no mês da ocorrência.

12.4 - Pelo não atendimento dos prazos previstos no item relativo à Qualidade da Intervenção na Rede de Iluminação Pública:

➤ Valor correspondente ao faturamento mensal de 05 (cinco) pontos luminosos, pelos serviços relativos ao funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, no mês da ocorrência, para cada violação.

13 – CONDIÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Esse item determina as Cláusulas administrativas aplicáveis ao contrato que delega à empresa contratada a manutenção completa do Parque de Iluminação Pública do MUNICÍPIO, por intermédio do qual – pontuado por obrigação de resultado, o MUNICÍPIO empenhar-se-á para que a empresa CONTRATADA assegure um serviço de excelente qualidade.

13.2 - TERRITÓRIO DE APLICAÇÃO – a contratação aplica-se a:

➤ todas as instalações da Rede de Iluminação Pública localizada sobre todos os logradouros, ruas e avenidas, municipais, incluindo-se as pertencentes aos Distritos ou outras sob a responsabilidade do MUNICÍPIO, situadas no seu perímetro, que estejam em serviço na data da assinatura do Contrato, de acordo com as determinações do MUNICÍPIO;

➤ todas as instalações novas realizadas no decorrer do contrato, relacionadas com Iluminação Pública.

14- OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

14.1 - Colocar à disposição da empresa contratada os documentos técnicos descritivos integrantes do acervo do Parque de Iluminação Pública do MUNICÍPIO, tais como: catálogos, manuais de operação, manuais de fornecedores, plantas, esquemas, fichários, ofícios emitidos pela Concessionária de Energia, necessários à execução do Contrato.

14.2 - Indicar, através de documento assinado pela Secretaria de Infraestrutura e Obras, um técnico com amplos conhecimentos sobre o objeto do contrato, com delegação para representá-lo, quando de seu impedimento eventual, nas obrigações contratuais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

14.3 - Proporcionar livre acesso aos técnicos e prepostos da empresa contratada aos locais que estiverem sob o controle do MUNICÍPIO, onde se encontrem instalados os equipamentos destinados à execução dos serviços previstos no Contrato.

14.4 - Informar aos usuários dos serviços de Iluminação Pública, das obrigações e dos limites contratuais, visando caracterizar a ação da empresa contratada, através de folhetos, internet, etc.

14.5 – Disponibilizar aos usuários dos serviços de Iluminação Pública, um canal de comunicação para recebimento de reclamações e solicitações de serviços relacionados à Iluminação Pública.

14.6 - Informar à empresa contratada todas as modificações nas instalações de Iluminação Pública.

14.7 - Informar à empresa contratada sobre qualquer mau funcionamento do Sistema.

15 - DIREITOS DE CONTROLE DO MUNICÍPIO

15.1 - No âmbito da obrigação de alcançar resultados em que se encontra a empresa contratada, o MUNICÍPIO exercerá um direito de controle desses resultados, devendo a empresa contratada colocar à disposição do MUNICÍPIO os seguintes instrumentos:

- Acesso em tempo real ao sistema de gerenciamento da Iluminação Pública – por intermédio de terminal de consulta instalado pela empresa contratada nas instalações do MUNICÍPIO, composto dos programas e equipamentos de informática necessários ao acompanhamento de todas as atividades do contrato e das informações pertinentes, através do Sistema a ser implantado;
- Termo estabelecendo o número de pontos luminosos em operação;
- Relatório anual sobre os resultados da operação durante o prazo contratual. Esse relatório será objeto de um registro de operação estabelecido de comum acordo, assinado pelas partes.
- Acesso aos representantes do MUNICÍPIO para verificar em campo ou por consulta a documentos técnicos, se os serviços estão sendo executados conforme as prescrições do Contrato.

16 - ACORDO OPERATIVO: Em conformidade com o disposto no art. 69 da Resolução ANEEL 414, de 09 de setembro de 2010, que estabelece a necessidade, quando pertinente à critério da distribuidora de energia, de celebração de acordo operativo, para disciplinar as condições de acesso ao sistema elétrico de distribuição de energia pelo responsável pela realização de serviços de operação e manutenção das instalações de Iluminação Pública, impondo-se observar cuidadosamente todas as normas e padrões vigentes, já que a operação dos serviços se dão próximas à rede energizada da concessionária.

17-ENCERRAMENTO DO CONTRATO

17.1 - CONDIÇÕES GERAIS: Quando do término do prazo de vigência contratual, a empresa contratada deverá entregar ao MUNICÍPIO em bom estado de funcionamento e conservação, as instalações e equipamentos que fazem parte do parque de Iluminação Pública, bem como o cadastro patrimonial e físico em meio digital, plantas e esquemas que foram utilizados durante

Paço Municipal – Rua Siqueira Campos, S-64 – Centro – Pederneiras/SP – CEP 17280-000

Fone: (14)3283-9570 – Fax: (14)3284-1764

gabinete@pederneiras.sp.gov.br – www.pederneiras.sp.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

a execução dos serviços contratados, e, ainda, os registros dos atendimentos em curso com todas as informações pertinentes.

17.2 - ENTREGA DO PARQUE: Também por ocasião do vencimento do prazo de vigência contratual ou em caso de rescisão do mesmo por parte do MUNICÍPIO, a empresa contratada entregará o Parque de Iluminação Pública ao MUNICÍPIO, lavrando-se o respectivo Termo de Recebimento.

18 – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1 – O contrato terá vigência por 12(doze) meses, iniciando-se a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da PREFEITURA, por iguais e sucessivos períodos, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e legislações posteriores.

19 – REGIME DE EXECUÇÃO

19.1 – O regime de execução dos serviços será na modalidade de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO (artigo 6º, inciso VIII, alínea “b” c.c. artigo 10, inciso II, alínea “b”, ambos da Lei nº 8.666/93).